

Contradições e Busca da Cultura de Integridade em Pesquisa. Investigar e Publicar Para Quê e Para Quem?

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.3>

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo,
São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6384-8848>

cicilia.peruzzo@gmail.com

Resumo

O texto aborda questões relativas à circulação do conhecimento, tendo como pano de fundo a área da comunicação, embora sem entrar em questões específicas, pois as problemáticas dizem respeito ao conjunto das ciências humanas e sociais. O objetivo deste texto é discutir as contradições envolvidas nos sistemas convencionais de divulgação do conhecimento, em especial, por meio de revistas científicas, de modo a descortinar as distorções e antagonismos e chamar a atenção para a necessidade de olhares críticos e ação proativa frente aos mesmos. O ambiente constitutivo do *quefazer* científico aparentemente acomodado aos cânones da difusão científica eurocêntricos e estadunidenses também vive tensões e nebulosidades. De um lado, há incongruências advindas de políticas neoliberais e, do outro, buscam-se saídas para resguardar a integridade e a ética em pesquisa.

Palavras-chave

ciência, pesquisa científica, revista científica, universidade

Introdução

A ciência é uma conquista da humanidade. Seu sentido motriz é estar a seu serviço e desenvolver-se cada vez mais diante dos problemas e desafios que o percurso histórico das sociedades lhe instiga a avançar. Contudo, a pesquisa científica não está livre dos condicionamentos conjunturais e das estruturas montadas para sua realização, controle e disseminação de suas descobertas.

Esses condicionamentos acabam por inscrever determinadas epistemologias, regras, métodos e técnicas, bem como prescrições quanto às métricas de medição da produtividade, pretendida como universais e como requisitos para a atribuição de um valor à ciência. Esse tipo de questionamento faz parte da história e da filosofia da ciência, a exemplo das instigantes observações de Paul Feyerabend (1975/1977), um dos seus expoentes, no século passado, ao criticar o racionalismo e rejeitar as regras positivistas para a pesquisa científica como universais.

De fato, a ciência se articula às dinâmicas constituídas no mundo social, econômico, político e científico como produto de visões, jogo de interesses, estratégias e políticas científico-culturais que se fazem dominantes em uma determinada época. Como adverte Orlando Fals Borda (2013), o valor da ciência varia “segundo os interesses objetivos das classes sociais envolvidas na formação e acumulação do conhecimento, isto é, em sua produção” (p. 302). Afinal, a ciência

é um produto cultural do intelecto humano, produto que responde a necessidades coletivas concretas (...) e também a objetivos determinados por classes sociais que aparecem como dominantes em certos períodos históricos. Se constrói a ciência mediante a aplicação de regra, métodos e técnicas que obedecem a um tipo de racionalidade convencionalmente aceita por uma comunidade minoritária constituída por pessoas chamadas de científicos, que por serem humanas, ficam precisamente sujeitas a motivações, interesses, crenças e superstições, emoções e interpretações de seu desenvolvimento social específico. Por isso mesmo, não pode haver nenhum valor absoluto atribuído ao conhecimento científico. (Fals Borda, 2013, p. 302)

Uma vez imersa nesse jogo de interesses e de relações entre os diversos atores que configuram o mundo acadêmico-científico, em confluência com as políticas governamentais, os interesses e contextos econômicos, políticos e da cultura acadêmico-científica instalada, a produção do conhecimento

tende a se acomodar às circunstâncias impingidas por esses agentes indutores de políticas públicas.

Na atualidade, tendo por base o universo dos programas de pós-graduação – níveis de mestrado e doutorado no Brasil – e demais países ibero-americanos, vive-se um ambiente controverso, apesar de haver também ampla acomodação, no que diz respeito à divulgação da produção científica e às métricas de aferição da produtividade dos investigadores e investigadoras¹, em especial o/as vinculado/as ao *stricto sensu*.

Em última instância, pretende-se avaliar a ciência usando rankings baseados em critérios de produtividade com alto teor do neoliberalismo que leva para as universidades vieses da ideologia empresarial: “educação são serviços; o ensino e a investigação são oportunidades de negócios; os professores são profissionais de serviços ou consultores; os alunos são clientes” (Martins, 2020, p. 151). E o neoliberalismo, além de cingir as políticas econômicas e financeiras, acaba se tornando “um modo de vida, que captura toda a existência humana” (Martins, 2020, p. 150).

Este texto se ancora numa abordagem ensaística, baseada em pesquisa bibliográfica, ao mesmo tempo despretensiosa, mas sobre temática pungente e aflitiva. O objetivo deste texto é discutir as contradições envoltas nos sistemas de divulgação do conhecimento convencionais, em especial, por meio de revistas científicas, de modo a descortinar as distorções e contradições e chamar a atenção para a necessidade de olhares críticos e ação proativa frente as mesmas.

Exigências de Produtividade e os Estragos na Cultura Acadêmica

O Lado dos Autores

Existe nas universidades, especialmente nos programas de pós-graduação, uma pressão desmesurada por produtividade que é medida pelo número de publicações e, preferencialmente, em revistas de alta reputação – aferida a partir do dito fator de impacto, no mercado de periódicos científicos. Essa situação tem gerado uma série de consequências, entre elas há a incrementação da investigação científica, o que é edificante para a ciência,

1 Doravante, por uma melhor fluência textual, usaremos a palavra e outras correspondentes, tais como professores, alunos, entre outros, no masculino, o que não quer dizer falta de reconhecimento da importância da linguagem não machista.

em especial das áreas de conhecimento em consolidação, como é o caso das ciências da comunicação social. A pressão por publicação também incentiva e valoriza a produção em cooperação com outros pesquisadores e estudantes, a formação e grupos de pesquisa e o intercâmbio entre grupos e instituições nacionais e estrangeiros de pesquisa, o que muito contribui para o avanço da pesquisa em termos de qualidade, abrangência e divulgação do conhecimento.

Entretanto, além dos pontos favoráveis ao desenvolvimento científico, as consequências dessa política resvalam-se em distorções bastante prejudiciais à geração do conhecimento.

A cobrança cada vez mais acentuada de publicação de artigos científicos em revistas muito bem avaliadas acaba provocando efeitos comprometedores, tanto no que respeita à qualidade científica, como às boas práticas no nível da ética científico-acadêmica. Cria-se uma cultura do “artiguismo” demonstrada na enxurrada de artigos submetidos às revistas, nem sempre baseados em pesquisas suficientemente matutadas e, às vezes, sem rigor metodológico e extremamente recortados em suas temáticas.

Nesse contexto, a pressão por produtividade científica acaba gerando alguns vícios perniciosos. Refiro-me aos artifícios que vão sendo criados para burlar os mecanismos envoltos nas regras de competitividade que desembocam em certa perversão dos padrões éticos desejáveis em pesquisa. É o caso, por exemplo, de artigos escritos em coautoria (não todos) que, às vezes, são assinados por vários autores, apesar de não haver participação efetiva de todos. As revistas científicas até incentivam essa prática ao exigirem que os autores sejam doutores ou, no mínimo, que os artigos sejam coassinados por doutores. Acaba acontecendo a colagem de nomes de autores em artigos com a intenção de favorecer a comprovação de publicação. Existem até esquemas de “divisão” de temas para artigos entre pessoas (de cada vez que alguém escreve e inclui o nome do outro). É observável a grande quantidade de artigos em coautoria registrados em currículos de investigadores. Contudo, os artigos coassinados, quando realmente são feitos em dupla via, são práticas comuns e louváveis, pois à construção coletiva do conhecimento acresce o potencial de qualificação, além da partilha de saberes e de autoria entre professores e professoras e destes com os estudantes e vice-versa. O problema está na perversão dessa premissa.

A política de produtividade ilimitada resulta em coação sobre os investigadores:

o imperioso é produzir compulsivamente, destacar e ganhar financiamentos que permitem seguir publicando sem parar, com certeza, dentro de critérios cada vez mais estandarizados, desde uma forma particular de entender a vida acadêmica. Publicar ou perecer. Dentro desse panorama, os sistemas de avaliação das atividades e produtos do mundo acadêmico e científico são sensíveis às perturbações que operam a escalas diferentes do próprio campo e este, por sua vez, está em tensão por sua relação com forças de outros campos dentro da sociedade. Privatizar para tornar-se eficiente. No caso das políticas neoliberais que se concretizam em formas que privilegiam um tipo de avaliação individual frente a pares acadêmicos que fazem (no melhor dos casos) juízos e tomam decisões sobre o destino econômico e o reconhecimento simbólico da produção dos colegas. Competir para separar. Separar para desativar. (González, 2018, pp. 9–10)

A lógica do produtivismo² acaba se deslizando de modo sutil aos programas de pós-graduação quando alguns destes insistem em exigir que pós-graduandos publiquem artigos de tese em coautoria com seus orientadores ou até que a própria tese seja apresentada incorporando grande parte do conteúdo no formato de artigos, já coassinados pelos orientadores. São subterfúgios danosos aos critérios de ética e qualidade em pesquisa. De um lado, cria-se um clima universitário que educa para a falta de ética em pesquisa, ao mesmo tempo em que a exigência de agilidade de publicação, em número elevado e em fluxo contínuo, acaba por provocar fragilidades: a falta de tempo de amadurecimento textual e de revisões teórico-analíticas.

Outra distorção é a valorização de artigos em detrimento de livros autorais nos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação e de universidades. O livro que tende a resultar de um trabalho minucioso, de maior densidade e completude, perde a vez em número de pontos em relação àqueles atribuídos a artigos de docentes de pós-graduação nos seus relatórios de avaliação, pelo menos no Brasil, e nos rankings que qualificam universidades.

Contudo, a cedência aos vícios acima referidos não é uma regra geral, pois sempre existem as pesquisadoras e pesquisadores que prezam por sua

² Esse tipo de pressão também gera um mar de artigos submetidos às revistas científicas mais bem avaliadas gerando grande demora na avaliação, quando não o descarte antecipado (sem passar por *peer review*) por técnicos ou editores com base em critérios discutíveis.

reputação e não se submetem às práticas desleais frente à concorrência, no fundo incentivadas pelas políticas universitárias ao incorporarem a ideia de empreendedorismo e da competição como meios para se alcançar um lugar no mundo acadêmico.

Até aqui, essas distorções discutidas podem ser vistas como ingênuas, ou o meu olhar é demasiado ingênuo, pois, de fato, outras “águas rolam” nesse universo, como o pagamento de taxas pela publicação, as exigências de uso do inglês nos padrões da matriz nativa do idioma, o uso de artimanhas que facilitam a aceitação de artigos – a partir da descoberta dos critérios de seleção usados por grandes periódicos internacionais, regidos pelo tão propalado fator de impacto –, como os do Journal Citation Reports (Web of Science; WoS) e o SCImago (Scopus; Castillo Esparcia et al., 2021), como o uso do subterfúgio de citar autores já referenciados em números das próprias revistas dessas redes, além de haver outros esquemas como o atendimento de prescrições destes periódicos em termos de temáticas e abordagens. Sem falar nas avaliações fraudulentas e revistas predatórias que também permeiam esse mercado editorial, cuja discussão será travada mais adiante.

Nesse contexto, de saídas estratégicas, que podem até ser vistas como inteligentes como forma de burlar regras, mas que são mais perniciosas à cultura acadêmico-científica, nem tudo é conquista, apesar de que, de uma forma ou de outra, as pessoas acabam se adequando às exigências e, em geral, saindo vitoriosas em suas metas de produção. Afinal, trata-se do “publish or perish”, ou “publique ou pereça”, que tanto move certos segmentos do mundo acadêmico.

Paralelamente à “felicidade” de alguns pelas conquistas e recompensas obtidas, para outros, pesquisadores e estudantes, resta a agrura. Dos docentes, além das atividades de ensino e de extensão são exigidas a produção e publicação técnico-científica, cada vez mais volumosas, em especial, por universidades e seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, além das instituições de fomento e apoio à pesquisa.

A pressão crescente num quadro de barreiras e dificuldades impostas pelos periódicos científicos, situação que afeta a qualidade de vida dos docentes e estudantes provocando sofrimento e até o acometimento de doenças. transtornos mentais comuns estão entre os principais problemas de saúde (Araújo & Carvalho, 2009) manifestos em depressão, ansiedade, insônia, fadiga, irritabilidade, entre outros. A síndrome de *burnout*, conhecida pelo esgotamento, exaustão e estresse que provoca, por exemplo, é um distúrbio mental que vem afetando esse segmento profissional.

O Lado das Instituições

As problemáticas discutidas na parte precedente quanto à divulgação da produção científica em revistas não acontecem por acaso. Os detonadores provêm de influência externa a partir das políticas científicas instituídas por governos, órgãos públicos controladores, universidades e instituições (fundações, conselhos, centros, agências) de fomento, controle, produção e divulgação do conhecimento científico, além do grande mercado editorial internacional *mainstream* de periódicos. Este é comandado por organizações empresariais como Thomson Reuters (Journal Citation Reports), WoS/ Institute for Scientific Information (ISI)³ e pela Elsevier (Scopus), uma vez alinhadas a tais políticas, ou até, em parte, induzindo-as e alinhando-as.

As estratégias dos grandes editoriais alimentam as práticas de competição, uma vez encampadas por instituições universitárias, para nortear critérios de produtividade e de cientificidade na indução da produção científica e para melhorar sua avaliação institucional. Mas, como diz Moisés Martins (2020), a “excelência” e a “qualidade” acadêmicas são medidas por regras análogas àquelas que são aplicadas ao mercado de capitais:

no capitalismo financeiro as economias dos países dependem dos valores em bolsa, medidos (ou fixados) pelas agências de *rating*, Standard and Poor’s, Moody’s, Fitch, DBRS... E no capitalismo acadêmico os valores são estabelecidos, fundamentalmente por duas agências de indexação científica, a Scopus e a ISI/Web of Science, através das citações que são feitas a artigos, publicados em “revistas de fator de impacto” (ou seja, revistas que estas agências reconhecem como de “excelência” e de “qualidade”.) E para “ajudarem as universidades a compreender o seu desempenho global”, temos os rankings. O ranking do Times Higher Education (THE), por exemplo, que é “uma das três classificações internacionais de universidades mais influentes, juntamente com o World University Rankings e o Ranking de Xangai” apresenta-se como “recurso vital que faculta a lista definitiva das melhores universidades no mundo”. (Martins, 2020, pp. 161–162)

Esses rankings que também não estão livres de manipulações, conforme críticas de Alberto Amaral (Martins, 2020) em seus artigos “Rankings, Esse Território de Basbaques e Pavões” (Amaral, 2019a) e “O Milagre dos Rankings Explicado aos Leigos” (Amaral, 2019b).

³ Instituidor do fator de impacto.

Enfim, se dos docentes investigadores e estudantes de pós-graduação são exigidos altos índices de produtividade, mas que publiquem artigos em revistas de elevado “fator de impacto” ou com classificação correlata, como o Qualis Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior⁴, no Brasil, é porque essa produção ajuda a elevar os índices de “qualidade” e “excelência” das próprias universidades e seus programas de pós-graduação nos sistemas de avaliação. O Qualis Periódicos foi modificado, inclusive, incorporando um modo de avaliação a partir de indicadores bibliométricos, considerando-se o número de citações do periódico dentro de três bases: Scopus (*citescore*), WoS (fator de impacto) e Google Scholar (índice *h5*), que demonstra seu alinhamento às políticas dos grandes indexadores antes referidos.

Das políticas de difusão científica capitaneadas por instituições e por revistas regidas pelas lógicas do mercado capitalista, em especial as mais famosas e que desfrutam de aceitação em sistemas de indexação internacionais, emanam outras contradições além das já comentadas. Uma delas é a privatização do conhecimento (Peruzzo, 2021; Serra, 2013), negando o acesso público aberto mediante a comercialização dos conteúdos dos periódicos. Ou seja, taxas são cobradas, em geral dolarizadas, para se poder acessar os artigos publicados em revistas indexadas. Exceto no universo de universidades, porque estas ou órgãos de governo pagam vultuosas somas aos indexadores como WoS e Scopus, entre outros, ao adquirirem os direitos de acesso para disponibilizá-los aos seus corpos docente e estudantil.

Essa limitação de acesso é indiscriminada, o que quer dizer que até os resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos (Serra, 2013) são impedidos de serem consumidos sem pagamento, quando caem na alçada de periódicos comercializados.

A digitalização da ciência tem progredido diuturnamente, o que contribui imensamente para a democratização do acesso ao conhecimento, mas sua difusão é

de forma predominante, em língua inglesa e marcada pelos interesses comerciais de grandes companhias como a *Thomson Reuters* (ISI), a *Elsevier* (Scopus), a *IGI Global* e outras, que procuram fazer mais-valias privadas à custa do trabalho produzido com fundos públicos pelos cientistas das diversas universidades, laboratórios e centros de

4 Uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

investigação – com a aquiescência mais ou menos resignada destes, submetidos ao imperativo do “*publish or perish*”. O resultado desta verdadeira paródia do imperativo mertoniano da publicação da ciência é aquilo a que se tem vindo a chamar a “*fast science*”, e que mais não é que uma caricatura da ciência – uma caricatura que, a mais ou menos curto prazo, não deixará de pôr em causa a própria qualidade da ciência. (Serra, 2013, pp. 93–94)

Não raramente, há periódicos que cobram também taxas para se publicar, o que significa que só são aceitos para publicação artigos cujos autores aceitam pagar os valores estipulados.

O modo capitalista de operar dentro dos sistemas comerciais de publicação de revistas científicas acaba despertando a cobiça e surgem esquemas fraudulentos como forma de monetização e angariação de outros benefícios, tais como: as revistas predatórias, o sequestro de revistas, avaliações fraudadas e rankings manipulados.

As chamadas “revistas predatórias” divulgam artigos em troca de dinheiro e sem submetê-los à devida avaliação dos pares. O combate a essas práticas soa difícil, mas tenta-se reduzir seus danos na tentativa de livrar a credibilidade da comunicação científica e resguardar a reputação de autores (Marques, 2021b). Nesse sentido, há ações do Committee on Publication Ethics no intuito de resguardar a integridade científica e exigir retratação do artigo descoberto como publicado em revista fraudulenta. Em geral, para atentar a pedidos de autores nesse sentido, tais revistas acabam aproveitando para exigir pagamento de altíssimas “taxas de retratação” (Marques, 2021b).

Por outro lado, entre os autores que não têm conhecimento da situação fraudulenta de determinados periódicos, há aqueles que se submetem porque querem inflar sua produção.

Outra forma de fraude é o “sequestro” de revistas, quando fraudadores criam site falso de periódico, parecido com o original, ou seja, clonam o site real usando até o mesmo número internacional normalizado das publicações em série, mas com conselho editorial fictício⁵:

trata-se de um golpe no qual impostores apropriam-se de títulos de periódicos legítimos e passam a explorá-los em sites na internet, em geral oferecendo a chance de publicação de artigos sem a necessidade de uma avaliação criteriosa, apenas em troca de dinheiro. O embuste

5 Casos concretos desse tipo de fraude podem ser vistos em Marques (2021c).

não é uma novidade. Os primeiros casos têm mais de uma década e há listas que compilam dezenas de revistas atingidas pelo golpe, que são usadas para alertar autores incautos. (Marques, 2021c, p. 8)

Porém, existe outro tipo de golpe um pouco mais sofisticado: o de edições especiais. O *Journal of Nanoparticle Research*, da Springer Nature, editora da Alemanha, descobriu que uma proposta ousada de edição especial, em 2019, era, de fato, uma fraude. A proposta foi “acompanhada de uma lista de cientistas que poderiam auxiliar na avaliação, com os respectivos endereços eletrônicos” (Marques, 2021a, p. 8). Porém, os emails eram falsos contendo sutis modificações – do sufixo “uni” para “univ”, por exemplo, de importantes cientistas (que nem foram contatados) e com três endereços Gmail, cujos “editores”/coordenadores impostores acabaram sendo autorizados a acessar artigos submetidos. Em suma, descobriu-se a fraude devido à baixa qualidade de textos selecionados e falta de enquadramento no escopo da revista, aceitos, provavelmente, em troca de pagamento de dinheiro, e a edição especial foi cancelada (Marques, 2021a).

Paralelamente a esses tipos de avaliações trapaceadas, há aproveitadores que agem de má-fé na apreciação de artigos em benefício próprio (Marques, 2020) – é quando avaliadores pedem a inclusão de seus artigos de modo a ampliar sua própria posição de citações para favorecer seu ranking avaliativo na universidade ou nos cálculos do índice *h*.

Os rankings manipulados são mais uma ocorrência fraudulenta nesse mundo do capitalismo acadêmico. Ou seja, fraudes também ocorrem, por vezes, no nível de instituições (Marques, 2019; Martins, 2020) quando algumas agem de má-fé e dilatam seus números para demonstrar posições irreais nos rankings de excelência institucional. Contudo, quando descobertos os dados fraudulentos, indenizações milionárias são cobradas (Marques, 2019).

Em Busca da Cultura da Integridade e de Nova Cultura Acadêmica

Nas sociedades em que o capitalismo também move o universo acadêmico-científico, o conhecimento é visto como mercadoria passível de comercialização até no ambiente da internet, uma tecnologia em tese desenvolvida pelas forças produtivas ao longo da história, para servir à humanidade em condições de igualdade de acesso e fruição.

Na lógica do capitalismo acadêmico,

há muito que a universidade, onde estão instalados os principais laboratórios de investigação, vai deixando de ter pensamento, para apenas compreender números. (...) Gerida como uma empresa, a universidade passou a estar por conta da tecnologia, a ponto de parecer, hoje, que não há mais mundo de desempenho acadêmico que necessidades de mercado, injunções financeiras, rankings de respeitabilidade e visibilidade mediática, e também agências de rating, que estabelecem o critério de produção científica. (Martins, 2020, p. 54)

Ao ser tomado como mercadoria, o conhecimento vale mais se tem maior valor de mercado (valor de troca) global, e sua repercussão passa a ser medida em métricas quantificáveis, preterindo sua relevância social segundo os interesses e necessidades de compreensão dos fenômenos pelos povos de cada lugar. Aponto essa controvérsia porque, às contradições discutidas ao longo do texto, cabe acrescentar a questão do “agendamento” indireto da pesquisa.

Os grandes sistemas empresariais de indexação de periódicos são alinhados nessa política ideológica neoliberal que tende a privilegiar o acolhimento em suas bases de revistas científicas cujos escopos editoriais destacam temas e problemáticas de interesse de consumo editorial amplo no mercado hegemônico global. Estes são ditados pelos países centrais do ocidente, cujo modo de operar desencadeia políticas editoriais correlatas das próprias revistas que almejam a indexação ou já são indexadas, em detrimento das agendas, interesses e necessidades nacionais e regionais de pesquisa dos países de outros continentes. Portanto, existe certa dose de prescrição do que deve ser pesquisado, ou sobre o que escrever e publicar, para que haja aceitação nesse mercado.

Então, existem perguntas instigantes: publicar para quê? Para ter vez nas revistas indexadas e avaliadas por fator de impacto e assim obter melhor classificação pessoal nos índices de produtividade das instituições e nas métricas no índice *h*? Publica-se para que universidades façam jus a rankings elevados que medem a excelência por medidas numéricas e não pelo valor da ciência? Publica-se para ser lido pelos pares ou para difundir os novos saberes para o conjunto da sociedade? Pesquisa-se e publica-se para desfrutar bons índices na avaliação institucional e para alcançar recompensas (bolsas, financiamento de projetos, progredir na carreira, entre outros) ou para gerar conhecimento que possa contribuir para o desenvolvimento científico e com subsídios para a solução dos grandes problemas do nosso país? Por que nas ciências humanas e sociais o impacto social e científico

dos resultados da pesquisa por intermédio do conhecimento gerado, das teorias alinhavadas, dos subsídios que ela disponibiliza e sua incorporação na sociedade não são priorizados por métricas que se fizeram dominantes? As respostas passam, em parte, por questões tecidas no texto, mas estão em busca de novos debates e de novas pesquisas capazes de pôr em xeque as culturas acadêmica e científica hegemônicas.

Entretanto, a luta por integridade na pesquisa e por mudança dos cânones de publicização dos resultados dela é cotidiana e tem exigido militância, pois destoa dos padrões hegemônicos.

Um sinal de metamorfoses nesse sentido é a existência de pelejas – das re-tratações às punições –, bem como por intermédio de ações de pesquisa sobre esse emaranhado de contradições, desde as políticas de universidades e de agências de fomento, os sistemas métricos, as práticas dos mecanismos de difusão científica, entre outras, bem como a realização de debates e conferências para se disseminar boas práticas científicas. Uma prova de que essa preocupação existe faz tempo é a realização, já em 2015, da “4ª Conferência Mundial sobre Integridade Científica”, no Rio de Janeiro, Brasil, e que reuniu cerca de 500 profissionais de 45 países (Pierro, 2015), na qual foram mostrados programas executados para promover uma cultura de integridade em universidades e institutos de pesquisa. Trata-se de uma evidência de que o “debate sobre honestidade acadêmica já não se restringe à formulação de diretrizes éticas e às punições de casos de fabricação de dados, falsificação e plágio – principais focos no campo da discussão sobre má conduta em pesquisa” (Pierro, 2015, p. 16).

Esse debate segue evoluindo como demonstra a realização da sétima edição da mesma conferência, “7ª Conferência Mundial sobre Integridade Científica”, na Cidade do Cabo, África do Sul, de 29 de maio a 1 de junho de 2022. Para a presente conferência, seu coordenador, o holandês Lex M. Bouter⁶, referência em estudos sobre integridade em pesquisa e defensor da ciência aberta, colaboração científica, compartilhamento amplo de dados e acesso irrestrito ao conhecimento, na edição de 2022 da Workers Compensation Research Institute⁷, defendeu que os debates oferecerão nova perspectiva de integridade na pesquisa, pois vão incluir “conceitos de igualdade, diversidade e inclusão nas discussões e iniciativas” relatadas.

6 Investigador da Universidade Vrije, Amsterdã.

7 <https://wcri2022.org/>

O tema geral da conferência, “Fomentar a Integridade da Pesquisa em um Mundo Desigual”, confirma essa opção temática além de continuar abordando estratégias para as boas práticas éticas em autoria, publicação e uso de métricas de pesquisa.

Como se pode observar, essa edição da conferência presta atenção a mais um problema que permeia as condições de produção e difusão do conhecimento: a discriminação da mulher, do negro, do indígena e pessoas LGBT+⁸ também no ambiente acadêmico e científico.

A discriminação tem várias dimensões que vão da falta de reconhecimento da competência de mulheres devido aos preconceitos quanto à potencialidade (Vasconcelos, 2019), desconfiança em relação à capacidade de gestantes e mães acadêmicas em conciliar o trabalho com a maternidade, menosprezo a pessoas de origens étnicas e raciais distintas das que se tornam colonialistas do ocidente, e até nas escolhas de problemas de pesquisa e metodologias feitas, caso não estejam em consonância com as visões estadunidenses e eurocêntricas de ciência.

Por todo esse emaranhado de antagonismos, é urgente repensar as culturas acadêmica e científica em busca da decolonização (Sousa Santos, 2010) do saber e do poder.

As perspectivas críticas e as vozes por mudança dos padrões hegemônicos que regem a realidade universitária na Ibero-América, embora não sejam predominantes, desafiam a repensar os paradigmas quantos aos direitos, métricas e sistemas de difusão do conhecimento, para se poder reinventar e avançar na democratização da ciência e fornecer alternativas aos mecanismos tão comprometidos com a manutenção do *status quo*.

Entre os mecanismos facilitadores cabe instituir a colaboração em pesquisa (González & Peruzzo, 2019) para modificar a cultura acadêmica competitiva, em contraposição ao empreendedorismo individualizante. Cabe mexer com as rotinas e a cultura imersas no “eu-me-comigo” (González, 2018), como forma de se destacar, obter recompensas⁹ e progredir na carreira acadêmica.

A ideologia do empreendedorismo, em consonância à pressão para se publicar, alimenta a competição e estimula práticas perversivas das boas práticas.

8 Lésbicas, gays, travestis, transexuais e outros.

9 Essas, no ambiente científico, consistem no recebimento de apoios, financiamentos, bolsas, ingresso ou avanços na carreira, entre outros, atrelados à produção científica, em especial o número de artigos que publica.

Nas palavras de Bouter (como citado em Andrade, 2022), “a pressão para publicar cada vez mais em periódicos de alto impacto é um importante indutor de má-conduta e práticas de pesquisa questionáveis” (p. 41), acrescida de outros fatores como o papel dos orientadores e supervisores nessa questão, por exemplo, ensinando como se dar bem no atual sistema de recompensa.

A reorientação da cultura acadêmica na perspectiva da decolonialidade do poder, do saber e do ser (Silva, 2011, p. 86) para a constituição de uma cultura colaborativa e do estabelecimento do acesso público aberto ao conhecimento, e efetivação de “agendas” de pesquisa coerentes com a realidade dos países, pressupõe o resgate do debate sobre o valor intrínseco da ciência e sobre as finalidades da investigação científica e das próprias universidades. Ter clareza sobre o que pesquisar, para quê e para quem pesquisar tendo em vista os propósitos da ciência como bem público a serviço da humanidade, mesmo que passe pela visão das classes sociais em seus fazeres históricos, constitui-se em vetores em prol da evolução das universidades e da ciência, pois a ascensão do processo civilizatório na direção do bem comum é uma questão de tempo.

Contudo, nesse ambiente nebuloso em que se vive, entre as contradições do neoliberalismo e as necessidades de enquadramento à situação para não se esvanecer academicamente, existem sinais de que há estratégias alternativas em curso, traçadas por segmentos universitários inquietos. Um exemplo é o da Universidade de Utreque, da província de Utreque, na Holanda, fundada em 1636, que abandonou a política de adoção de índices de fator de impacto, para o início de 2022, nos concursos para contratação de docentes e de investigadores, assim como em concursos de progressão de carreira (Woolston, 2021). A universidade vai avaliar o compromisso com o trabalho em equipe e esforços em favor da ciência aberta.

Estão surgindo também novos mecanismos de apreciação da produção docente, como os “currículos narrativos” (Andrade, 2022) e os indicadores de impacto social.

Outra evidência é a criação e operação da SciELO e da Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal, ambos indexadores que operam em sistema aberto acolhendo e dando vazão à difusão do conhecimento científico produzido em espanhol e português de várias áreas das ciências.

Há também os indicativos de mudança em currículos universitários com a inclusão, por exemplo, em cursos de medicina, de doenças mais frequentes em negros e indígenas, da obrigatoriedade, pela Lei de Diretrizes de Base brasileira, do ensino da história e cultura afro-brasileiras, bem como a existência de cinco centenas de grupos de pesquisa, no Brasil, sobre temas da diversidade (Queiroz, 2021).

Acrescenta-se a realização de fóruns de debate, conferências internacionais e de cursos para ensinar boas condutas para instituir princípios de integridade científica entre pesquisadores, principalmente os de início de carreira, a exemplo da Universidade de Ghent, na Bélgica, e da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos (Pierro, 2015), entre outros de que nem se tem notícia, além de novas estruturas universitárias e de processos de ingressos às universidades¹⁰, os quais são sinais de iniciativas promissoras para modificar situações de falta de integridade em pesquisa e de opressão de segmentos minorizados nesse universo acadêmico.

Considerações Finais

O ambiente constitutivo do *quefazer* científico, aparentemente acomodado nos cânones da difusão científica eurocêntricos e estadunidenses, vive tensões e nebulosidades. De um lado, há contradições advindas de políticas neoliberais e, por outro, buscam-se saídas para resguardar a integridade da pesquisa.

A ciência faz sentido se é feita para responder a necessidades coletivas, da humanidade. Seu valor pode começar pelo que representa em termos de relevância científica e social das descobertas (os achados) para as regiões, comunidades, cidades, países e continentes, cada realidade com suas especificidades, mas com muitos problemas e desafios em comum (Peruzzo, 2018).

O caminho passa pela não aceitação cega das prescrições, tanto objetuais quanto metódicas e temáticas, advindas das políticas científicas anglo-saxônicas neoliberais reproduzidas em universidades, cursos de pós-graduação, agências de fomento, periódicos científicos, entre outros. As demandas públicas internas das nações e as vocações regionais das universidades são conexas que dizem respeito à autonomia das culturas dos povos.

10 No Brasil foi implantado o sistema de cotas étnico-raciais que, por lei, determina percentual de ingresso de pessoas afrodescendentes e indígenas às universidades.

Iniciativas em favor da crítica aos antagonismos e na luta de mudanças dão sinais de esperança, não do verbo esperar, a espera de que as coisas melhorem, mas do verbo esperar (Freire, 1976, 1979), aquele que se conjuga com a ação, que contesta e mexe com as estruturas em favor da ciência e de uma vida universitária com dignidade e espírito cívico.

Referências

- Amaral, A. (2019a, 22 de setembro). Rankings, esse território de basbaques e pavões. *Público*, p. 15.
- Amaral, A. (2019b, 12 de outubro). O milagre dos rankings explicado aos leigos. *Expresso*, p. 58.
- Andrade, R. de O. (2022, abril). Os caminhos para uma ciência mais responsável. *Revista Fapesp*, 314. <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-caminhos-para-uma-ciencia-mais-responsavel/>
- Araújo, T. M. de, & Carvalho, F. M. (2009). Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: Estudos epidemiológicos. *Educação e Sociedade*, 30(107), 427–449. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200007>
- Castillo Esparcia, A., Almansa Martínez, A., & Castellero-Ostio, E. (2021). Las revistas científicas en el panorama intrnacional: Análisis de la presencia em los sistemas de indexación. In C. M. K. Peruzzo, M. de L. Martins, & R. Gabrioti (Eds.), *Revistas científicas de comunicação ibero-americanas na difusão do conhecimento: Tendências, limitações e os desafios de novas estratégias* (pp. 91–112). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.7>
- Fals Borda, O. (2013). Romper el monopolio del conocimiento. In N. A. Herrera Farfán, & L. López Gusman (Eds.), *Compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda* (pp. 253–263). El Colectivo Lanzas.
- Feyerabend, P. (1977). *Contra o método. Esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento* (O. S. da Mata & L. Hegenberg, Trans.). Francisco Alves Editora. (Trabalho original publicado em 1975)
- Freire, P. (1976). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização*. Cortez.
- González, J. A. (2018). Presentación: Los frutos de un conversatorio. In J. A. González (Ed.), *¡No está muerto quien pelea! Homenaje a la obra de Rolando V. García Boutique* (pp. 9–16). UNAM/ CEIICH.
- González, J. A., & Peruzzo, C. M. K. (Eds.). (2019). *Arte y oficio de la investigación científica. Cuestiones epistemológicas y metodológicas*. CIESPAL.
- Marques, F. (2019, maio). Dados fraudulentos geram indenização milionária. *Revista Fapesp*, 279. <https://revistapesquisa.fapesp.br/dados-fraudulentos-geram-indenizacao-milionaria/>
- Marques, F. (2020, março). O cerco às citações manipuladas. *Revista Fapesp*, 289. <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-cerco-as-citacoes-manipuladas/>

Marques, F. (2021a, fevereiro). O golpe das edições especiais. *Revista Fapesp*, 300. <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-golpe-das-edicoes-especiais/>

Marques, F. (2021b, março). Como sobreviver ao veneno das revistas predatórias. *Revista Fapesp*, 301. <https://revistapesquisa.fapesp.br/como-sobreviver-ao-veneno-das-revistas-predatorias/>

Marques, F. (2021c, julho). Nova onda de sequestros de revistas. *Revista Fapesp*, 305. <https://revistapesquisa.fapesp.br/nova-onda-de-sequestros-de-revistas/>

Martins, M. de L. (2020). Em defesa da universidade e em defesa da ciência. In M. Oliveira, H. Machado, J. Sarmiento, & M. do C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade em crise(s)* (pp. 149–157). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>

Peruzzo, C. M. K. (2018). La investigación científica: Epistemología y marco conceptual en Rolando Garcia. In J. A. González (Ed.), *¡No está muerto quien pelea! Homenaje a la obra de Rolando V. Garcia Boutigue* (pp. 209–230), UNAM/CEIICH.

Peruzzo, C. M. K. (2021). Periódicos científicos e difusão do conhecimento comunicacional: Do diagnóstico ao debate sobre métricas de avaliação de impacto. In C. M. K. Peruzzo, M. de L. Martins, & R. Gabrioti (Eds.), *Revistas científicas de comunicação ibero-americanas na difusão do conhecimento: tendências, limitações e os desafios de novas estratégias* (pp. 69–89). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.6>

Pierro, B. (2015, julho). Para promover uma cultura de integridade. *Revista Fapesp*, 233. <https://revistapesquisa.fapesp.br/para-promover-uma-cultura-de-integridade/>

Queiroz, C. (2021, outubro). A fórmula da equidade. *Revista Fapesp*, 308. <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-formula-da-equidade/>

Serra, P. (2013). Digitalização e acesso aberto na publicação em ciências da comunicação: O caso português. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 36(2), 91–104. <https://doi.org/10.1590/S1809-58442013000200005>

Silva, J. de S. (2011, fevereiro). *Hacia el 'día después del desarrollo': Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles*. ALER.

Sousa Santos, B. de. (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. extensión; TRILCE.

Vasconcelos, Y. (2019, setembro). Mais espaço para mulheres. *Revista Fapesp*, 283.

Woolston, C. (2021, 15 de julho). University drops impact factor: Staff at Utrecht University will be assessed through commitment to open science. *Nature*, 595, 462. <https://doi.org/10.1038/d41586-021-01759-5>